



BUSINESS & HUMAN RIGHTS



<https://multimedia.europarl.europa.eu>

GUARDIÃO DA DEMOCRACIA

www.cddmoz.org

Sexta - feira, 25 de Abril de 2025 | Ano VI, n.º 34 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

A CRIMINALIZAÇÃO DA MINERAÇÃO ARTESANAL EM MOÇAMBIQUE

Implicações socioeconómicas e os desafios da regulação



Introdução

O Ministério dos Recursos Minerais e Energia (MIREME) de Moçambique expressou preocupações sobre a suposta ligação entre mineiros artesanais e o crime organizado, associando a mineração informal a práticas ilícitas, como o

branqueamento de capitais e o vandalismo de empresas mineiras. O Secretário de Estado das Minas, Jorge Daudu, apontou que a mineração desregulada contribui para a degradação ambiental, o trabalho infantil e a evasão fiscal. No en-



Para avançar, é crucial que o governo implemente estratégias inclusivas que incentivem a formalização do sector, promovam a sustentabilidade ambiental e ofereçam alternativas económicas viáveis. Somente com um enfoque mais equilibrado e integrador, que envolva a participação activa de todos os stakeholders — governo, empresas e comunidades — será possível transformar a mineração artesanal numa actividade economicamente viável, socialmente responsável e ambientalmente sustentável.

tanto, ao enquadrar a mineração informal como um problema criminal, o Ministério pode estar negligenciando as condições socioeconómicas que impulsionam milhares de pessoas a de-

pendar dessa actividade para a sobrevivência. O desafio central consiste em obter dados concretos sobre essas alegações para investigar e validar essas acusações.

O papel da mineração artesanal/informal e de pequena escala em Moçambique

A mineração artesanal e de pequena escala tem um papel fundamental na economia de Moçambique, proporcionando meios de subsistência para cerca de 300.000 pessoas em todo o país¹. Este sector, que se caracteriza por técnicas rudimentares e mão-de-obra intensiva, tem particular relevância na extracção de pedras preciosas, como rubis, ouro, esmeraldas e outros, especialmente nas regiões norte e centro de Moçambique. Apesar da sua importância, a mineração artesanal enfrenta desafios significativos, tanto no que diz respeito à sustentabilidade ambiental quanto à sua regulamentação.

Desde 2003, o governo moçambicano implementou um regime de licenciamento exclusivo para cidadãos nacionais, com o objectivo de formalizar o sector e controlar a extracção de recursos naturais. Em 2016, novas políticas tornaram obrigatória a obtenção de licenças para os pequenos mineiros, visando melhorar a rastreabilidade dos recursos extraídos e garantir a segurança das operações. Contudo, essa legislação acabou por criminalizar muitas operações artesanais que não se ajustaram às exigências legais, o que resultou em grande parte da mineração sendo realizada de forma ilegal². As dificuldades de implementação das novas regras são muitas: a falta de capacidade do Estado para fiscalizar adequadamente, altos níveis de burocracia, corrupção e a criação de zonas de mineração sem depósitos minerais viáveis são apenas alguns dos factores que complicam a regulamentação eficaz do sector.

Esse cenário tem gerado consequências negativas para as comunidades locais, que continuam a depender da mineração artesanal para a sua subsistência. No norte de Moçambique, uma região caracterizada por elevados índices de pobreza e escassez de alternativas económicas for-

mais, a mineração informal continua a ser uma das poucas fontes de rendimento para milhares de famílias. A falta de acesso a concessões legais e a insegurança jurídica, aliadas à competição entre grandes empresas e mineiros artesanais por áreas ricas em recursos naturais, tem gerado tensões e violência, agravando ainda mais as condições de vida das populações.

De acordo com a legislação sobre minas em Moçambique, os direitos pré-existentes de uso e aproveitamento da terra só são considerados extintos após o pagamento de uma indemnização justa aos utentes da terra e a revogação dos mesmos, nos termos da legislação aplicável³. No entanto, muitas vezes, as empresas que ocupam as terras onde as comunidades já prospectavam a mineração informal e ganhavam a vida entram com licenças de autorização por parte do governo, mas não pagam a indemnização justa às comunidades ao redor dos projectos que estão a operar. Em outros casos, essas empresas recorrem a empresas de segurança privada e à segurança pública para reprimir manifestações populares de desagrado, tanto pelo direito ao desenvolvimento quanto pelas poluições ambientais provocadas pelas actividades mineradoras.

A formalização da mineração artesanal e de pequena escala requer investimentos significativos em infraestrutura, fiscalização mais eficiente e, principalmente, a criação de incentivos para que os mineiros se integrem ao sector formal. O governo moçambicano tem dado passos nesse sentido, mas ainda enfrenta enormes desafios para garantir que a regulamentação seja eficaz e beneficie as comunidades. A falta de zonas de mineração legalmente acessíveis e a concentração de concessões nas mãos de grandes empresas multinacionais e das elites políticas

¹ <https://www.diarioeconomico.co.mz/2023/05/24/oilgas/extractivas/pesquisador-defende-que-mocambique-continua-a-registar-aumento-das-actividades-minerais-de-pequena-escala/>

² [https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2023/minas/7M\)%20Decreto%2031_2015%20Regulamento%20da%20Lei%20de%20Minas%20-%20vers%C3%A3o%20consolidada.pdf](https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2023/minas/7M)%20Decreto%2031_2015%20Regulamento%20da%20Lei%20de%20Minas%20-%20vers%C3%A3o%20consolidada.pdf)

³ nr. 2, Artigo 10, do Decreto n.º 31/2015, de 31 de Dezembro, Regulamento da Lei de Minas, revisto e republicado pelo Decreto n.º 48/2022, de 13 de Outubro.

nacionais dificultam a viabilidade da mineração artesanal dentro da legalidade.

Em 2021, o Censo de Mineradores Artesanais apontou a existência de 2.162 focos de mineração artesanal em Moçambique, dos quais 1.577 estão activos⁴. De acordo com o Diário Económico, o último levantamento indica que existem 229 mil mineiros artesanais e de pequena escala e estima-se que existam 151 mil intervenientes compradores, vendedores de produtos diversos e prestadores de serviços dentro da cadeia da Mineração Artesanal de Pequena Escala⁵.

Este número crescente de mineiros e as dificuldades associadas à sustentabilidade das suas operações reforçam a necessidade urgente de uma abordagem mais integrada e inclusiva por parte do governo e outros actores envolvidos. Durante um encontro realizado pelo Ministério dos Recursos Minerais e Energia (MIREME), o Secretário do Estado das Minas, Jorge Daudu, destacou os principais desafios do sector, incluindo a violação das normas de segurança, o uso de tecnologias inadequadas, a degradação ambiental e a exploração de trabalho infantil. Ele também mencionou o branqueamento de capitais como um dos problemas associados à mineração informal, afirmando que estes factores comprometem o potencial da actividade em promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida das comunidades⁶.

No entanto, para o Secretário de Estado, os de-

saífos por ele apontados anulam a importância da mineração artesanal como fonte de sustento para muitas famílias⁷. Ele defendeu a criação de soluções viáveis e claras para fortalecer a colaboração entre o governo, as empresas e os parceiros de desenvolvimento, de modo a estabelecer uma abordagem que promova a formalização do sector, a sustentabilidade ambiental e o respeito aos direitos dos trabalhadores. Em vez de criminalizar os mineiros, é crucial que o governo invista em programas de capacitação, na melhoria das condições de trabalho e na criação de zonas de mineração legal, onde os mineiros possam operar com segurança e sustentabilidade.

A mineração artesanal e de pequena escala continua a ser uma parte vital da economia de Moçambique, especialmente para as comunidades rurais que dependem dela para a sua sobrevivência. Para que o sector seja sustentável e beneficie as populações locais, é essencial que o governo implemente políticas públicas que favoreçam a formalização da mineração, melhorem a fiscalização e ofereçam alternativas económicas viáveis. Só com uma abordagem equilibrada, que combine a regulamentação eficaz com o apoio aos mineiros e o desenvolvimento de novas oportunidades económicas, será possível transformar a mineração artesanal em uma actividade economicamente viável, socialmente responsável e ambientalmente sustentável.

O Impacto da Criminalização da Mineração Informal: Violência, Deslocamento e Extremismo

A criminalização da mineração informal, tem gerado sérias consequências socioeconómicas e políticas em Moçambique. A situação da mineração artesanal de rubis em Namanhumbir, distrito de Montepuez, em Cabo Delgado, uma área rica em recursos minerais, exemplifica as implicações de uma abordagem puramente repressiva adoptada pelo governo moçambicano para regular o sector. A intensificação da repressão aos garimpeiros e a expulsão violenta de milhares de jovens em Namanhumbir não são ape-

nas consequência da criminalização da mineração informal, mas também têm sido associadas ao extremismo violento que afecta a província de Cabo Delgado desde Outubro de 2017.

Em Namanhumbir, a luta pelo acesso às jazidas de rubis transformou-se em um campo de confrontos entre mineradores informais e forças de segurança. O bloqueio e a criminalização das actividades mineradoras não só impõem uma pressão adicional sobre as já frágeis condições de vida da população local, mas também ampli-

⁴ <https://integritymagazine.co.mz/arquivos/40529>

⁵ <https://www.diarioeconomico.co.mz/2023/05/24/oilgas/extractivas/pesquisador-defende-que-mocambique-continuara-a-registar-aumento-das-actividades-minerais-de-pequena-escala/>

⁶ <https://clubofmozambique.com/news/mozambique-illegal-miners-work-for-criminal-gangs-government-278758/>

⁷ <https://integritymagazine.co.mz/arquivos/40529>

am o espaço para práticas clandestinas e ilegais. Sem acesso a concessões legais ou regulamentações adequadas, muitos mineiros, conhecidos localmente como “garimpeiros”, foram forçados a operar de maneira clandestina. Como resultado, a mineração informal tornou-se cada vez mais vulnerável à corrupção, especialmente por parte das forças de segurança, que muitas vezes se envolvem em extorsões e abusos contra os mineradores.

Além disso, a natureza ilegal das actividades mineradoras expõe os mineradores a abusos severos, incluindo detenções arbitrárias, violência e até mortes. A busca por meios de subsistência e a protecção de seus direitos em um sistema que os marginaliza empurram muitos desses garimpeiros para redes de apoio ilegais e até mesmo para o envolvimento com grupos extremistas, que exploram as condições de vulnerabilidade para recrutar novos membros. O impacto social e económico da repressão à mineração informal, longe de resolver os problemas estruturais do país, acaba agravando a situação ao criar um ciclo de pobreza, injustiça e marginalização, que contribui para a escalada da violência em regiões como Cabo Delgado.

É importante destacar que a criminalização

da mineração informal não resolve os problemas subjacentes que afectam a população local. Em vez disso, adopta uma abordagem punitiva que penaliza os mais vulneráveis, sem oferecer soluções viáveis para a transformação do sector. A repressão das actividades mineradoras sem alternativas de emprego ou desenvolvimento para as comunidades apenas agrava a pobreza e a degradação ambiental, sem abordar as causas que levam as populações a recorrer à mineração artesanal.

Em vez de políticas puramente repressivas, é crucial adoptar uma abordagem mais inclusiva e equilibrada. A formalização da mineração artesanal, por meio de um regime de licenciamento que garanta a inclusão dos mineradores locais e incentive a utilização de técnicas mais sustentáveis, é um passo fundamental para transformar o sector em um motor de desenvolvimento económico. A fiscalização eficiente e a oferta de alternativas económicas sustentáveis, como programas de capacitação profissional e o fortalecimento da infraestrutura local, devem ser prioritárias para garantir que a mineração possa beneficiar as comunidades de forma justa e equilibrada.

Repensando a Mineração Artesanal: A Urgente Necessidade de uma Nova Abordagem do Governo

A abordagem actual do Ministério de Recursos Minerais e Energia (MIREME), que associa a mineração artesanal e informal ao crime organizado, tem se mostrado inadequada e desproporcional. Ao focar unicamente na repressão e na criminalização, o governo ignora as reais condições socioeconómicas que levam muitas pessoas, especialmente nas regiões mais empobrecidas do país, a depender da mineração artesanal como sua única fonte de renda. Para milhares de moçambicanos, a actividade representa uma tábua de salvação em um contexto de falta de alternativas económicas sustentáveis e políticas públicas eficientes. Ao olhar a mineração artesanal apenas como um problema a ser erradicado, o governo perde a oportunidade de abordar as raízes desse fenómeno e, conseqüentemente, de promover uma solução mais eficaz.

A criminalização do sector e as políticas de repressão penalizam desproporcionalmente os mineiros informais, que, em grande parte, estão

em situação de extrema vulnerabilidade. Em vez de promover a formalização e garantir a segurança jurídica desses trabalhadores, o governo opta por um caminho que apenas os empurra para a clandestinidade. Essa abordagem negligencia a responsabilidade do Estado em criar mecanismos que favoreçam a transição para a legalidade, ao mesmo tempo em que desconsidera o impacto social e económico dessa criminalização. Ao não facilitar o acesso dos mineiros às licenças e à regularização, o governo contribui para perpetuar o ciclo de ilegalidade e marginalização que caracteriza a mineração artesanal em Moçambique.

Além disso, a postura do governo minimiza a própria responsabilidade do Estado na degradação ambiental e na falta de uma gestão eficaz dos recursos naturais. O discurso do MIREME, que foca a culpa nos mineiros, não aborda de forma clara a ausência de políticas públicas adequadas para a gestão sustentável dos recursos

minerais. O impacto ambiental da mineração não é exclusividade dos pequenos mineiros, mas também das grandes empresas e do sector formal, que muitas vezes operam sem os devidos cuidados com a sustentabilidade. A falta de fiscalização e regulamentação eficaz para o sector formal contribui tanto para o agravamento da degradação ambiental quanto para a desigualdade nas condições de trabalho e na distribuição dos benefícios derivados da exploração mineral.

Para mudar este cenário, é essencial que o governo adopte uma abordagem mais inclusiva e construtiva, que se distinga da repressão pura e simples. A formalização da mineração artesanal não deve ser vista como uma imposição, mas como um processo de integração do sector à economia legal, o que traria benefícios não apenas para os mineiros, mas também para o desenvolvimento do país. O governo deve simplificar o processo de licenciamento, reduzir a burocracia, combater a corrupção e criar zonas de mineração legal, onde os mineiros possam operar com segu-

rança e de forma sustentável. Além disso, é fundamental que haja um apoio técnico e financeiro para melhorar a produtividade e a segurança no trabalho. A criação de alternativas económicas viáveis também é crucial para garantir que as comunidades não dependam exclusivamente da mineração informal para a sua sobrevivência.

Por fim, é necessário que o governo promova um diálogo contínuo com as comunidades locais, as empresas mineradoras e os diferentes parceiros. A construção de uma política pública que envolva todos esses actores ajudará a criar uma rede de apoio que favoreça a sustentabilidade económica, ambiental e social da mineração artesanal. Esse modelo de governação colaborativa, ao invés de tratar a mineração artesanal como um problema, permitirá que ela seja vista como uma oportunidade de desenvolvimento sustentável e de inclusão social, que contribua não apenas para o crescimento da economia, mas também para a melhoria das condições de vida das populações mais vulneráveis.

Conclusão

Em conclusão, a criminalização da mineração artesanal/informal em Moçambique, embora justificada por preocupações legítimas sobre segurança, degradação ambiental e questões económicas, não resolve as raízes do problema e, muitas vezes, agrava a situação. A abordagem adoptada pelo Ministério dos Recursos Minerais e Energia (MIREME), ao focar em aspectos criminais, ignora as condições socioeconómicas que levam muitas comunidades a depender da mineração artesanal para a sua subsistência. A falta de políticas públicas eficazes para regulamentar e formalizar o sector, a presença de altos níveis de corrupção e a ausência de um suporte robusto para os mineiros artesanais perpetuam um ciclo de marginalização e exclusão.

Para avançar, é crucial que o governo implemente estratégias inclusivas que incentivem a formalização do sector, promovam a sustentabilidade ambiental e ofereçam alternativas económicas viáveis. Somente com um enfoque mais equilibrado e integrador, que envolva a participação activa de todos os *stakeholders* — governo, empresas e comunidades — será possível transformar a mineração artesanal numa actividade economicamente viável, socialmente responsável e ambientalmente sustentável.



MISSÃO:

Inspirar e impulsionar ações para proteger os direitos humanos, fortalecer a democracia e promover a justiça.

MISSION:

Inspiring and driving actions to protect human rights, strengthen democracy, and promote justice.

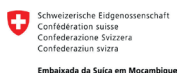
INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autores: Hélio Siteo e Abdul Tavares
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

